



CANCELA, Francisco *

<https://orcid.org/0000-0003-4807-5215>

RESUMO: Este artigo apresenta um panorama da participação indígena na guerra de independência na Bahia (1822-1823), com base na análise de correspondências militares do Conselho Interino de Governo, ofícios de comandantes dos batalhões e petições produzidas por indígenas. Inicialmente, realiza-se um mapeamento da presença indígena na sociedade baiana no início do século XIX, evidenciando sua relevância demográfica e sua inserção política, militar e social. Em seguida, discutem-se as formas de recrutamento e mobilização desses grupos, bem como sua atuação nos diversos campos de combate, demonstrando que sua incorporação ao conflito se deu em continuidade a uma tradição colonial de serviço militar, mediada por normas legais e por acordos políticos com lideranças indígenas e agentes tutelares. Por fim, analisa-se a atuação indígena como expressão de agência histórica, destacando que esses sujeitos não foram meros instrumentos das elites, mas protagonistas que, ao se engajarem na guerra, mobilizaram estratégias próprias de negociação e projetaram expectativas quanto à preservação e ampliação de seus direitos.

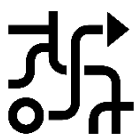
PALAVRAS-CHAVE: Guerra de Independência; Povos Indígenas; Província da Bahia.

ABSTRACT: This article presents an overview of Indigenous participation in the War of Independence in Bahia (1822–1823), based on the analysis of military correspondence from the Interim Government Council, commanders' reports, and petitions produced by Indigenous individuals. It begins by mapping the presence of Indigenous populations in Bahian society in the early nineteenth century, highlighting their demographic relevance and their political, military, and social roles. It then examines the forms of recruitment and mobilization of these groups, as well as their presence across different theaters of conflict, demonstrating that their incorporation into the war followed a colonial tradition of military service, mediated by legal norms and political agreements involving Indigenous leaders and tutelary agents. Finally, the article analyzes Indigenous action as an expression of historical agency, showing that these subjects were not mere instruments of elite interests, but active protagonists who, by engaging in the war, mobilized their own strategies of negotiation and projected expectations regarding the preservation and expansion of their rights.

KEYWORDS: War of Independence; Indigenous Peoples; Province of Bahia.

*Este trabalho apresenta resultados parciais de um projeto maior, intitulado “Os indígenas na formação do Brasil independente: protagonismos indígenas e políticas indigenistas (Província da Bahia, 1822-1840)”, financiado pela FAPESB/CNPq, por meio de bolsa de produtividade de pesquisa.

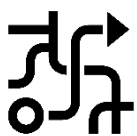
** Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (Campus II – Alagoinhas), Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Povos Indígenas (PPGEAFIN/UNEB) e do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES/UFSB), Bolsista de Produtividade em Pesquisa FAPESB/CNPq - PQ Nível C. E-mail: fcancela@uneb.br



INTRODUÇÃO

A guerra foi a experiência mais marcante do processo de independência do Brasil na Bahia. Os conflitos se iniciaram já na chegada das primeiras notícias do movimento revolucionário de 1820 em Portugal, intensificando-se especialmente entre julho e novembro de 1821 com muitos motins, confrontos e conspirações oriundos da disputa sobre o comando político e militar da antiga capitania (Tavares, 1982). Em fevereiro de 1822, depois da ordem das Cortes de Lisboa que nomeou o português Madeira de Melo governador das armas, a situação tornou-se mais tensa, explodindo pelas ruas, praças e quarteis de Salvador inúmeros conflitos armados entre os soldados portugueses e brasileiros (Souza Filho; Sousa, 2017). A cidade foi ocupada pelas tropas do exército e marinha de guerra de Portugal e muitos moradores se refugiaram no recôncavo, onde, alinhando-se ao Rio de Janeiro, iniciaram uma resistência armada à presença lusitana na capital baiana. Em junho de 1822, algumas vilas do recôncavo aclamam d. Pedro como defensor e protetor do Brasil, fazendo o governo de Madeira de Melo reagir com o envio de uma fragata que bombardeou a vila de Cachoeira. A partir desse episódio, a província se transformou em um campo de batalha, com uma guerra que se estendeu por quase um ano, sendo encerrada com a vitoriosa retomada da cidade de Salvador pelo Exército Pacificador no dia 2 de julho de 1823 (Wisiak, 2005).

Nos diversos estudos sobre a guerra de independência na Bahia, as referências à participação indígena sempre estiveram presentes, embora, em geral, apareçam de forma pontual e marcadas por abordagens estereotipadas. Um dos personagens mais recorrentes na historiografia clássica sobre o tema é o soldado Bartolomeu, imortalizado como herói da guerra no poema épico *Paraguaçu*, escrito por Ladislau Santos Titara (1973) na década de 1830. Além de poeta, Titara também atuou como militar do Exército Pacificador, tendo servido tanto nos campos de batalha, junto às forças da Torre, quanto como secretário do Quartel-General. Essa dupla inserção — como agente direto da campanha e como observador privilegiado de sua documentação — conferiu-lhe acesso a informações e registros variados sobre a guerra. Ainda que seu relato em versos articule elementos de ficção e realidade,

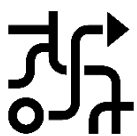


muitos dos dados ali apresentados podem ser lidos como testemunhos de episódios e personagens do conflito, reforçando a “fidelidade das notas que a cada um dos personagens da campanha da Independência dão o nome, a data, o fato (ou o feito) que os ilustraram” (Calmon, 1973, p. 15).

Ao relatar os conflitos entre lusitanos e brasileiros ao longo do mês de outubro de 1822, nas regiões de Cabrito, Campina e Pirajá, no subúrbio de Salvador, Titara (1973, p. 131) destacou, em uma de suas notas de rodapé, a resistência empreendida pelo “valente índio Bartolomeu, distinto nas primeiras guerrilhas e em toda a campanha”. A menção, ainda que breve, é significativa, pois evidencia não apenas a atuação individual desse personagem, mas também sugere a presença mais ampla de indígenas nos combates. Integrando as tropas do Batalhão da Torre, Bartolomeu não estava sozinho: acompanhavam-no outros indígenas que, embora tenham participado ativamente daquela refrega, permaneceram anônimos nos relatos históricos, o que reforça o caráter seletivo e excludente da memória construída sobre o conflito. De acordo com os versos do poeta militar, o desfecho da batalha contou com a decisiva atuação desses soldados indígenas, que, com suas lanças e flechas, auxiliaram o Exército Pacificador a derrotar os portugueses, evidenciando tanto sua inserção nas estratégias militares quanto o peso de sua participação nos momentos cruciais da campanha:

À Tabira, Ottan, Carvalho ousados,
O comando cabia, o peito esforçam;
E no patente plaino, as forças ambas,
Em quantia diversas, não no arrojo,
Renhidas travam a mais áspera luta,
Onde crebros o espaço aéreo calam
Certeiros dardos de aguçada farpa,
Que de encurvadas vergas, retesando-as,
Sacodiam aos lusos, cheio o rito,
Os de origem púgil, Tapuias bravos.
(Titara, 1973, p. 132).

Este trecho parece ter servido de base documental para Miguel Calmon du Pin e Almeida (1923) descrever os conflitos que antecederam a Batalha de Pirajá, ocorrida em 8 de novembro de 1822. Em conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), por ocasião do centenário daquele episódio, o historiador baiano não apenas listou personagens, como também identificou os agrupamentos militares e mapeou os campos de batalha, conferindo maior



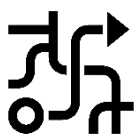
sistematicidade à narrativa do confronto. Nesse exercício de reconstrução histórica, destacou o papel das armas e dos soldados indígenas, reconhecendo sua relevância no desenrolar das operações militares. Assim, em meio à enumeração dos oficiais do Exército Pacificador, também enalteceu a atuação de Bartolomeu, reiterando sua projeção como figura emblemática da campanha:

Tomaram rapidamente a posição alvejada as companhias da Torre, com os flecheiros tapuias, conduzidos pelo tenente Agostinho Moreira Sampaio. Impotentes, entretanto, para resistirem ao choque, cederam até a planura da Campina, onde se lhes reuniram as companhias do 4º de milícias da Bahia e o remanescente da Torre, com os heroicos oficiais alferes Florêncio de Blá Góes e Albuquerque, capitão Lopes Tabirá Bahiense, Thomaz Alves de Othan e Silva e Antônio Rodrigues de Carvalho. Era o chefe daqueles índios, na sua maioria de Massarandupió, Soure e Mirandela, um formidável Bartolomeu, que gozava de grande conceito entre os guerreiros de Garcia d'Ávila (Almeida, 1923, p. 29).

Mais recentemente, Bartolomeu ganhou um verbete no *Dicionário da Independência* (Pimenta; Oliveira, 2022). Assinado pela historiadora Elisa de Moura Ribeiro (2022, p. 513), o texto informa que Bartolomeu também era conhecido como Jacaré, sendo “um tradicional personagem das narrativas da Independência na Bahia” por ter sido “o chefe da tropa de índios flecheiros”. A autora destaca, no entanto, que as evidências documentais que retratam as façanhas do soldado Jacaré não determinam se ele de fato é Bartolomeu, ainda que infira “tratar-se do mesmo indivíduo, tanto pela singularidade da alcunha, quanto pelo cenário em que ambas as descrições se desenrolam” (Ribeiro, 2022, p. 513).

Diferente da participação de outros personagens populares que ficaram presentes na memória da guerra apenas pela tradição oral, o soldado Jacaré teve um de seus feitos registrado em um relatório oficial enviado ao coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. O autor do relato foi o tenente Manoel Alvares do Nascimento que, no dia 23 de outubro de 1822, estava com sua tropa marchando para Pirajá e recebeu do capitão Florêncio de Blá uma ordem para se dirigir a São Caetano, onde os “marotos vinham tocar fogo no engenho e casas”¹. Ao descrever o cumprimento da ordem, o tenente registrou o seguinte fato:

¹ Os brasileiros chamavam pejorativamente os portugueses de marotos, que, na época, significava alguém que agia com esperteza e má fé, dando um sentido moral e político ao termo, numa perspectiva de distinguir os que eram “patriotas” daqueles que eram “manipuladores”, “tirânicos”, “despóticos” e “exploradores”.



marchei com 30 homens para a frente deles, e embosquei-me em umas matas onde mandei fazer fogo que logo nas primeiras descargas caíram, onde ferviam tantas balas de parte a parte que era um dia de juízo; onde um soldado por alcunha Jacaré, da mesma Companhia veio uma bala e deu-lhe nos peitos, chegando fria, arrancando coisa pouca caiu em terra, apanhando o dito soldado a mesma bala a meteu dentro da espingarda, disparando o tiro derrubou um lusitano que lhe tinha feito fogo².

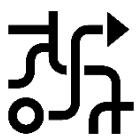
A descrição épica do tenente Manoel Álvares do Nascimento alçou o personagem indígena à condição de um dos principais protagonistas daquele teatro de guerra. Ainda que se deva considerar o possível exagero característico das narrativas de feitos militares, é particularmente significativo o registro de que uma liderança da tropa de flecheiros também dominava o uso de armas de fogo, o que contribui para desfazer a imagem cristalizada de indígenas como sujeitos culturalmente “primitivos”. Ademais, o soldado indígena foi o único entre os praças a ser nominalmente identificado, sendo igualmente destacado como aquele que mais causou baixas mortais aos inimigos, o que reforça a centralidade de sua atuação no episódio³. Embora não se saiba ao certo quantos outros indígenas acompanhavam Bartolomeu Jacaré na companhia comandada pelo tenente Manoel Álvares, seu desempenho individual lhe garantiu não apenas a inscrição nos registros dos feitos heroicos da luta contra os portugueses, mas também sua promoção para integrar, de forma permanente, o 1º Regimento de Linha⁴.

A abordagem que envolve a atuação de Bartolomeu na guerra tende a reproduzir, em larga medida, a lógica das narrativas heroicas da pátria, nas quais seu protagonismo aparece de forma isolada, dissociado dos contextos sociais, étnicos e

² RELATÓRIO do tenente Manoel Álvares do Nascimento para o coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, no qual informa os sucessos em Pirajá e as deficiências em relação ao tratamento dos feridos, datado de 23 de outubro de 1822. APEB – Série Independência, livro 001.

³ Segundo a concluiu o tenente: “neste fogo, o sargento Manoel do Espírito Santo derrubou 2, o soldado Jacaré 3, o capitão Florêncio de Blá 2, o Cadete Faria 1, um soldado do meu Corpo 1, um soldado da Companhia de Florêncio Blá outro, onde mais não pude descobrir por causa da fumaça da muita pólvora, onde os marotos se retiraram julgo que com perca de muito mais pelo combate [que] durou tempo pouco mais ou menos de 3 horas” (APEB – Série Independência, livro 001).

⁴ CARTA do coronel Joaquim Pires de Carvalho informando a desistência do soldado Bartolomeu de servir no 1º Regimento de Linha. Fundação Biblioteca Nacional: manuscritos: I – 01, 02, 012.



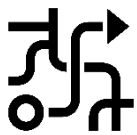
políticos que lhe davam sentido. No entanto, Bartolomeu não estava só, tampouco deixou de ser reconhecido como “Índio” por manejar armas de fogo ou integrar estruturas militares regulares. Sua trajetória, assim como a de outros indígenas que permaneceram anônimos nas fontes, aponta para experiências coletivas mais amplas, marcadas por formas próprias de inserção, negociação e agência no interior do conflito. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar um panorama da participação indígena na guerra de independência na Bahia, partindo de um mapeamento de sua presença na sociedade baiana no início do século XIX — evidenciando sua relevância demográfica e sua atuação política, militar e social — para, em seguida, analisar como esses sujeitos não foram meros instrumentos das elites, mas agentes históricos que, ao se engajarem na guerra, defenderam interesses próprios e projetaram expectativas sobre os rumos daquele processo.

OS “ÍNDIOS” NA PROVÍNCIA DA BAHIA NO TEMPO DA INDEPENDÊNCIA

Em recente trabalho sobre o processo da independência no recôncavo baiano, o historiador Manuel Passos Rocha Pereira (2021) indicou a presença de soldados indígenas em alguns pelotões do Exército Pacificador que serviram na guerra contra os portugueses. Segundo sua abordagem, as informações sobre a participação indígena são escassas na historiografia porque (supostamente) “existem poucos registros” históricos capazes de recompor essa história (Pereira, 2021, p. 102)⁵. No entanto, mais que um problema de ausência de fontes, o que pode ter impedido o citado historiador de perceber a atuação dos indígenas naquele processo foi a ideia de que essa população já se encontrava naquele contexto “quase que em fase de extinção” – como ele mesmo argumenta (Pereira, 2021, p. 102).

A alegada extinção dos indígenas na sociedade oitocentista baiana não encontra sustentação nas evidências históricas. Os relatos de viajantes naturalistas das primeiras décadas do século XIX, por exemplo, são abundantes em descrições

⁵ Contrariando esta suposição, recente publicação intitulada “Povos Indígenas, a Independência e a Formação do Estado Brasileiro: Documentos da história indígena e do indigenismo na Bahia (1821 – 1836)”, reúne mais de 200 fontes históricas salvaguardadas em arquivos de Salvador e do Rio de Janeiro, que evidenciam a participação política e militar dos indígenas na formação do Brasil Independente (Cancela, 2023).



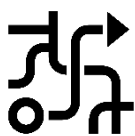
de numerosos grupos indígenas que habitavam as matas e florestas da província, especialmente nas comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, como demonstram as publicações de Maximiliano de Wied (1989), Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius (2017). Esses viajantes não apenas registraram a existência de vários grupos indígenas que entravam em conflito com a sociedade luso-brasileira nas áreas de fronteiras, como também destacaram a diversidade étnica, linguística e cultural dessas populações, mormente classificadas genericamente como “índios selvagens”, “antropófagos” e “gentio bárbaro”.

Ao percorrer as principais povoações da comarca de Ilhéus, Spix e Martius registraram uma grande população indígena que vivia autônoma nas matas da região. Ainda que tivessem contato esporádico com a sociedade envolvente, essa população preferia a manutenção de sua autonomia política, cultural e territorial. Entre estes grupos descritos pelos viajantes, destacaram-se os Kamakã que habitavam um vasto território mais ao sul e sudoeste da comarca. Segundo as observações dos naturalistas,

A nação dos camacãs (vocábulo que os portugueses também grafam camacães e ainda chamados pelos nomes de mongoioz, mongoiós ou monxocóis) vive entre o rio de Contas e o rio Pardo. O seu número total é avaliado em 2.000 almas, porém não pode ser indicado com exatidão, porque eles moram em palhoças isoladas ou pequenas aldeias, dispersas nas matas e mudam também de uma localidade para outra (Spix; Martius, 2017, p. 257).

As corografias da época também trazem muitas informações sobre os indígenas na Bahia. Publicada em 1817, a *Corografia Brasileira* de Manuel Aires de Casal se tornou uma referência obrigatória para os estudos históricos do fim do período colonial. E, ao retratar a comarca de Porto Seguro, o autor revelou como aquela parte da província baiana ainda possuía grande presença de indígenas não integrados à sociedade envolvente. Segundo descreveu Aires de Casal (1976, p. 217), na extensa comarca porto-segurense, os

(...) cristãos só possuem as adjacências do mar, e cujas praias, há poucos dias, desciam ainda os selvagens em certos meses do ano em busca dos ovos das tartarugas. Destes selvagens conhecem-se os canarins, que são os mais vizinhos de Caravelas e Viçosa: diz-se que tem um alojamento ou aldeia duma só e vasta casa no centro do país, num vale entre dois montes: os machacaris, senhores do terreno regado pelo rio do Norte e do Sul. Na parte ocidental são conhecidos os cumanchós, os monos, os frechas, os catatoís, os aimorés e os pataxós. Os derradeiros são mais numerosos que todas as outras nações juntas e estendem-se repartidos em tribos duma até a outra extremidade da província.

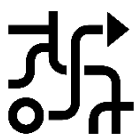


Se nas matas e florestas da província da Bahia os indígenas ainda se faziam presentes nas primeiras décadas do século XIX, nos espaços urbanos da época tampouco eles tinham desaparecidos. Diversos documentos atestam a presença de indígenas em diversas povoações espalhadas por todo território baiano, onde prestavam serviços públicos e particulares ou se refugiavam dos regimes de tutela em busca de novas experiências de liberdade. Uma consulta aos livros paroquiais das vilas baianas dos oitocentos revela a forte presença indígena em diversas povoações da província. Em 1837, por exemplo, o padre José Tibúrcio de Santana registrou que a vila de Porto Seguro possuía 123 pessoas classificadas como “índios”, entre homens e mulheres, o que correspondia a 6% da população local⁶.

Para além da existência de indígenas nas povoações “de brancos”, havia também na Bahia vilas que eram classificadas como “de índios”. De modo geral, essas vilas eram oriundas dos antigos aldeamentos jesuíticos que, em decorrência das chamadas reformas pombalinas, especialmente da expulsão dos jesuítas e das leis de liberdade, foram elevadas à categoria de vila⁷. Algumas delas, no entanto, foram criadas a partir da reunião de indígenas fugitivos dos antigos aldeamentos ou da junção de povoações de pequenas missões. Essas vilas de índios estavam espalhadas em todas as comarcas da Bahia, formando um expressivo número de 14 povoações.

⁶ MAPA popular da freguesia de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro, elaborado pelo padre José Tibúrcio de Santana. APEB - Religião, 1824-1846. Maço: 5212.

⁷ As vilas de índios eram regidas por três bases legais. Em primeiro lugar, a lei de 6 de junho de 1755, que “restitui[u] aos índios a sua antiga e natural liberdade”, ordenando que os aldeamentos jesuíticos fossem transformados em vilas e garantindo-se o “inteiro domínio e pacífica posse das terras” indígenas, além de qualificá-los como indivíduos “sem distinção ou exceção alguma, para gozarem de todas as honras, privilégios e liberdades” comum a todos os vassalos portugueses (Ley, 1796). Em segundo lugar, o alvará com força de lei de 7 de junho daquele mesmo ano que colocou fim ao governo temporal dos jesuítas sobre a população indígena, orientando o estabelecimento de um “modo de governo político e civil” nas suas povoações e ordenando que fossem “preferidos para juizes ordinários, vereadores e oficiais de justiça os índios naturais delas” (Alvará, 1796). E, em terceiro lugar, o Diretório dos índios, um regimento que implantou um rígido sistema de tutela por meio de um agente estatal responsável pela administração da população indígena (o diretor) e por um radical processo de imposição cultural, que foi estendido para toda América portuguesa em 1758.



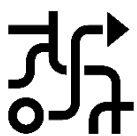
Quadro 1 – As vilas de índios na Bahia (séc. XIX)

COMARCA	VILA
Bahia	Nova Abrantes
	Nova Soure
	Nova Pombal
	Nova Mirandela
	Pedra Branca
Ilhéus	Nova Olivença
	Nova Barcelos
	Nova Santarém
Porto Seguro	Verde
	Trancoso
	Prado
	Belmonte
	Porto Alegre
	Alcobaça

Fonte: Mapeamento VIP, 2026.

As vilas de índios, diferentemente dos antigos aldeamentos jesuíticos, não eram constituídas exclusivamente por populações indígenas. A política pombalina, marcada por sua perspectiva assimilacionista, estimulava a convivência entre indígenas e brancos, inclusive por meio da promoção de casamentos interétnicos (Moreira, 2019). Ainda assim, o Diretório dos Índios estabelecia parâmetros relativamente precisos para a inserção de não indígenas nessas vilas, atribuindo-lhes, ao menos em termos normativos, uma condição minoritária (Almeida, 1997, p. 219). Os brancos não podiam, “de nenhum modo”, possuir as terras indígenas (art. 82); deviam reconhecer sua igualdade com os indígenas na condição “genérica de vassalos” (art. 83); e eram obrigados a aceitar a preferência das lideranças indígenas “nos empregos honoríficos” (art. 84). Esse aparato legal buscava, portanto, preservar certos direitos territoriais e políticos dos indígenas no interior das vilas. Na prática, porém, tais garantias nem sempre se sustentaram. Em algumas localidades, em um intervalo relativamente curto, houve restrição da participação indígena, levando essa população a uma condição de minoria tanto demográfica quanto política, como ocorreu em Abrantes, Belmonte e Prado⁸.

⁸ Uma visão de conjunto das experiências indígenas nas vilas de índios pode ser consultada do banco de dados do projeto VIP – Vilas Indígenas Pombalinas, resultado de uma pesquisa colaborativa que envolveu pesquisadores de todo Brasil, cujas planilhas, mapas e demais dados podem ser acessados através do seguinte site: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/vip>



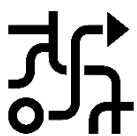
Além das vilas de índios, havia ainda na Bahia dezenas de aldeias espalhadas igualmente em todos os cantos da província. Algumas dessas aldeias eram missões religiosas administradas por ordens missionárias, como franciscanos, capuchinhos, marianos e barbadinos. Outras eram aldeias não missionárias e administradas pela coroa, com a nomeação de diretores brancos e capitães-mores indígenas para garantir o governo local. Havia ainda algumas aldeias particulares que, por estarem na fronteira da ilegalidade, eram ainda mais difíceis de se contabilizar. Não se sabe o número exato das diferentes aldeias indígenas existentes na Bahia nas primeiras décadas do século XIX, mas o Quadro 2 permite uma visão aproximada do quadro geral existente.

Quadro 2 – Aldeias indígenas na Bahia no início do século XIX

ALDEIA	LOCALIZAÇÃO
Rodelas	Termo da vila de Itapicuru de Cima
Nossa Senhora das Neves do Saí	Termo da vila Nova da Rainha
Bom Jesus da Glória	Termo da vila de Jacobina
Juazeiro	Termo da vila de Jacobina
Curral dos Bois	Termo da vila de Jacobina
Massacará	Termo da vila de Itapicuru de Cima
Massarandupió	Termo da vila de Itapicuru da Praia
Saco dos Tapuios ou dos Aramaris	Termo da vila de Inhambupe de Cima
Santo Antônio da Saúde	Termo da vila de Nazaré
Santo Antônio	Termo da vila de Jaguaripe
Nossa Senhora dos Prazeres	Termo da vila de Jequiriça
São Pedro de Alcântara das Ferradas	Termo da vila de Ilhéus
São Fidelis	Termo da vila de Valença

Fonte: Autor, 2026.

Os indígenas que viviam nas vilas de índios e aldeias eram classificados na documentação oitocentista como “índios civilizados”. Eles já tinham longo processo de convivência com a sociedade colonial, apresentando domínio dos códigos culturais e dos instrumentos políticos dominantes, inclusive na ocupação de cargos, na obtenção de títulos e no uso da língua portuguesa. Ainda assim, continuavam a se reconhecer — e a ser reconhecidos — como “índios”, mantendo marcas distintivas em relação à sociedade envolvente, seja nos costumes mais gerais, como alimentação, vestimenta e armamentos, seja na partilha de uma origem histórica que os vinculava aos primeiros habitantes da terra. Esses “índios civilizados” participavam ativamente

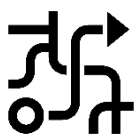


do governo de suas povoações, atuando tanto nos ofícios camarários das vilas de índios quanto no exercício do cargo de capitão nas aldeias. Além disso, desempenhavam papel relevante na vida militar local, integrando as companhias de ordenanças, nas quais se organizavam em terços próprios, formados por soldados indígenas e comandados por oficiais igualmente indígenas, o que evidencia níveis significativos de autonomia e protagonismo político-militar. Um exemplo dessa configuração pode ser observado na descrição que Luís dos Santos Vilhena (1960, p. 522) fez, no início do século XIX, da vila de Verde, na comarca de Porto Seguro: “são estes [moradores] governados por um juiz ordinário e câmara, além de 2 capitães de ordenanças sujeitos ao capitão-mor de Porto Seguro, todos porém são índios”.

Como demonstrado, os indígenas não estavam em fase de extinção na Bahia do início do século XIX. No caso específico dos chamados “índios civilizados”, eles não apenas estavam presentes naquela sociedade, como também participavam dela das mais diversas formas. Não se sabe ao certo o peso demográfico da população indígena em toda província, mas em algumas regiões, como o sul e extremo sul da Bahia, apresentavam percentuais bastante elevados, a exemplo da comarca de Porto Seguro onde das 10 vilas existentes 6 eram classificadas como “de índios” (Cancela, 2018). Essa população, obviamente, não assistiu atônica o processo da Independência do Brasil na Bahia, antes disso, se inseriu naquela frenética conjuntura atuando como sujeitos que buscavam também fazer história.

Ainda que fossem considerados “índios civilizados”, esses grupos possuíam diferentes trajetórias de contatos interétnicos que moldavam diferentes formas de organização social, diferentes processos de territorialização e diferentes identidades étnicas. Esse conjunto de diferenças produziu diversas formas de participação dos indígenas na Independência, mesmo que submetidos a um forte regime tutelar exercido pelos diretores nas vilas e pelos religiosos nas missões. Já que estavam inseridos na sociedade colonial, os “índios civilizados” ocupavam espaço nas principais instituições que foram mobilizadas durante a luta pela Independência na Bahia: as câmaras municipais e as tropas de ordenanças⁹. E, de um modo geral,

⁹ Para uma noção básica da atuação política dos indígenas nas lutas da independência a partir das câmaras municipais, conferir: CANCELA, Francisco; COSTA, João Paulo Peixoto. Pela causa do Brasil: a independência e as câmaras municipais das vilas de índios no Ceará e na

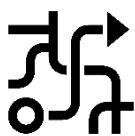


fizeram dessas instituições os espaços privilegiados de atuação política e militar. Aqui vamos analisar esta última dimensão da participação indígena.

AS “TROPAS DE ÍNDIOS” NA GUERRA: FORMAS DE RECRUTAMENTO E CARTOGRAFIA DA GUERRA

A historiografia mais tradicional nunca se absteve de registrar a presença indígena na guerra de independência na Bahia. No entanto, via de regra, sempre retratou esta participação como algo residual, subordinada a algum importante militar branco e carregada de uma visão estereotipada dos indígenas. Braz do Amaral (1923, p. 96), por exemplo, destacou o pioneirismo de uma tropa indígena que se instalou em Pirajá, descrita como “um tanto confusa e bisonha”, pois entre os seus soldados se “viam índios armados de flecha”. Segundo o citado autor, esta tropa indígena teria se engajado nas lutas pela independência graças à direção do tenente coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, identificado como “um dos descendentes da célebre Casa da Torre de Garcia de Ávila” (Amaral, 1923, p. 96). Como se vê, os indígenas entraram n’ *A ação da Bahia na obra da Independência nacional* na condição de pilhéria uma vez que foram retratados a partir de seu suposto primitivismo e da sua hipotética subordinação completa aos interesses dos grandes proprietários brancos. Além do mais, atribuir aos indígenas o adjetivo de “bisonho”, ou seja, alguém “pouco experimentado”, “falta de disciplina” e “soldado novo” (Silva Pinto, 1832, p. 150), não correspondia à histórica e imprescindível participação dos indígenas nas guerras coloniais, fosse contra os inimigos europeus, como na expulsão de francesas e holandeses nos séculos XVI e XVII, fosse no combate aos chamados “índios inimigos”, que, por meio das guerras justas ao longo de todo período colonial, viabilizou a própria expansão da fronteira econômica e a soberania lusitana sobre as terras americanas (Oliveira, 2016; Almeida, 2010; Garcia, 2014).

Bahia. In: Vânia Losada Moreira; Mariana Albuquerque Santas; João Paulo Peixoto Costa; Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo; Tatiana Gonçalves de Oliveira. (Org.). *Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX*. 1 ed. Curitiba: CRV, 2022, v. 1, pp. 425-450.



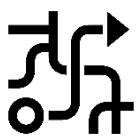
Para evitar a reprodução dos equívocos presentes na historiografia tradicional, torna-se fundamental destacar que, na Bahia do início do século XIX, ainda havia um forte engajamento indígena no serviço militar. Além de suas próprias ordenanças, responsáveis pela segurança dos termos de suas vilas e aldeias, os indígenas também eram mobilizados — quase sempre em regime de trabalho compulsório — para garantir a defesa de outras povoações coloniais. No início do século XIX, por exemplo, a vila de Cachoeira era protegida por uma companhia da “Conquista do Gentio”, descrita em um mapa militar da Bahia como “uma tropa quase ligeira de soldados índios com oficiais brancos”, que era “paga pela Real Fazenda”¹⁰. O presídio de Morro de São Paulo, a mais importante fortaleza de defesa situada fora da Baía de Todos os Santos, também dependia diretamente do serviço de indígenas de Santarém, São Fidelis e Jequiriçá, cujos capitães e diretores eram obrigados a “todos os meses enviarem 12 homens de seu terço e diretorias” para a guarnição daquela praça militar¹¹. Não se deve esquecer, ainda, que, desde 1808, as comarcas do sul da Bahia viviam sob os efeitos da decretação de guerra justa feita à época pelo príncipe d. João, o que resultou, por exemplo, apenas na região de Porto Seguro, na instalação de onze destacamentos militares responsáveis pela execução da guerra contra os chamados Botocudos. Entre eles estava o Destacamento dos Arcos, que possuía, em 1814, vinte e um homens alistados: três brancos (comandante, sargento e mapista) e dezoito soldados indígenas, identificados da seguinte forma: dez Meniãs de Belmonte, cinco de “Língua Geral” de Trancoso e três de “Língua Geral” de Verde¹². Desse modo, do litoral aos sertões, os indígenas continuavam a desempenhar papel fundamental na defesa colonial, atuando regularmente por meio de seus terços de ordenança ou do serviço militar obrigatório.

Quando o estado de beligerância se transformou em guerra efetiva, entre junho e agosto de 1822, os opositores ao domínio português na Bahia decidiram criar, na

¹⁰ MAPPA geral da tropa paga e miliciania da guarnição da capitania de Bahia. Bahia, 01 de julho de 1804. AHU_ACL_CU_005, Cx. 132, Doc. 26047.

¹¹ OFÍCIO do ouvidor da comarca de Ilhéus informando ao Secretário da Guerra e Marinha que expediu as ordens recebidas ao Capitão Mor dos Índios da Vila de Santarém. Santarém, 21 de agosto de 1821. APEB – BR BAAPB CIBB COR 009/86.

¹² LISTA da guarda militar do Destacamento dos Arcos, em 10 de fevereiro de 1814. Fundação Biblioteca Nacional, manuscritos: II – 33, 21, 105.

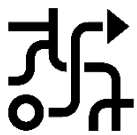


vila de Cachoeira, um “governo geral, não só para o Recôncavo e comarca da Bahia, mas também para toda a província”¹³. De acordo com Braz do Amaral (1957, p. 182), o Conselho Interino de Governo foi constituído para ser o “centro capaz de dirigir a guerra e constituir um poder de onde partisse a orientação e todo o complexo de medidas” governativas. No que se refere ao aspecto militar, o Conselho Interino desempenhou papel fundamental na organização, mobilização e execução da estratégia que sustentou a resistência aos portugueses estabelecidos em Salvador. Formado basicamente por representantes da elite agrária e escravista, esse órgão dirigiu exclusivamente a guerra até a chegada, no final de outubro de 1822, do general Pedro Labatut, nomeado por d. Pedro para conduzir o Exército Pacificador (Tavares, 1982). Portadores de larga experiência em guerras coloniais, os membros do Conselho Interino não desprezaram as tropas e os serviços dos indígenas — ao contrário, colocaram-se contra a posição do general Labatut que, alguns meses após sua chegada, ordenou a dispensa dos indígenas. Tal decisão foi considerada pelo próprio Conselho uma medida de “ruína de nossa Pátria”, pois “dispersou com os seus horrores as Tropas de Índios — os primeiros que ganharam louros na nossa Campanha, e ensanguentaram suas voláteis armas no atraído sangue do Coronel Lusitano”¹⁴.

O Conselho Interino de Governo não chegou a emitir uma legislação específica para o recrutamento dos indígenas para o serviço militar durante a guerra, embora tenha exercido uma prática de recrutamento diferenciado. Em linhas gerais, a mobilização da população indígena seguiu os mesmos mecanismos utilizados para o recrutamento de homens livres, brancos ou de cor — como se dizia na época. Neste caso, a principal forma de recrutamento de soldados indígenas foi por meio da convocação dos terços de ordenanças de suas povoações. Da sala das sessões, os membros do conselho despacharam dezenas de ofícios às vilas da província, sensibilizando as câmaras e os oficiais militares a recrutarem soldados para o Exército

¹³ PLANO do Conselho Interino de Governo da Bahia. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, n. 6, 1895, p. 389-390.

¹⁴ OFÍCIO do Conselho Interino de Governo para José Bonifácio no qual relata os diversos erros do general Labatut. Fundação Biblioteca Nacional - Manuscritos: 31, 10, 112.



Pacificador. Uma destas ordens, datada de 13 de abril de 1823, ordenava aos capitães-mores de cada vila que

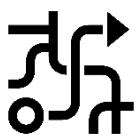
(...) fazendo aos povos de seu distrito as mais vivas instâncias e persuasões do quanto é glorioso prestar-se cada cidadão à salvação e liberdade da pátria, que lhe deve ser mais cara que a própria vida, e empregando a moderada violência com que aqueles que se mostrarem invencíveis aos clamores da mesma pátria, envie com toda a celeridade a esta capital o maior número possível de ordenanças que, incorporando-se com seus irmãos, empregados na repulsa dos tiranos, cumpram assim o mais sagrado de seus deveres, devendo, depois de libertada a infeliz cidade da Bahia, ser restituídos ao seio de suas famílias e gozo de seus antigos interesses, ficando responsável ao imperador e à nação da menor omissão ou excesso a semelhante respeito¹⁵.

Com o objetivo de melhor aproveitar os serviços militares dos indígenas, o Conselho Interino não se limitou a recrutá-los de forma dispersa nas convocações gerais dirigidas ao “povo”. Ao contrário, procurou estabelecer canais diretos de comunicação com as lideranças indígenas, expedindo ordens específicas aos capitães responsáveis pelas vilas de índios e aldeias missionárias para que mobilizassem contingentes próprios. Essa estratégia revelava o reconhecimento, por parte das autoridades patriotas, da experiência militar desses grupos e da eficácia das estruturas de comando já existentes nas comunidades indígenas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o capitão João Francisco de Souza, da vila de Santarém, na comarca de Ilhéus. Em 4 de novembro de 1822, o Conselho expediu uma portaria determinando que ele fizesse “marchar com a maior brevidade possível sessenta índios armados dos seus soldados para guarnecer esta vila” de Cachoeira, então sede do governo patriota¹⁶. Cerca de dois meses depois, diante de notícias sobre um possível ataque português à Ilha de Itaparica, o Conselho subscreveu nova portaria dirigida ao mesmo capitão, ordenando que partisse de Cachoeira “com todos os soldados do seu comando” em direção à Ponta da Barra e, dali, à Encarnação, a fim de “aumentar a Guarnição de Itaparica como exige a nossa defesa comum”¹⁷. Ao recorrer a esse tipo de recrutamento, o Conselho Interino não apenas mobilizava uma

¹⁵ CÓPIA da ordem do Conselho Interino de Governo emitida aos capitães-mores da Bahia para que recrutem o maior número possível de ordenanças. Cachoeira, 13 de abril de 1823. In: REBOUÇAS, Antônio Pereira. Recordações patrióticas. Salvador: ALBA, 2023, 116.

¹⁶ PORTARIA do Conselho Interino de Governo ao Capitão-mor dos Índios da Vila de Santarém, datada de 04 de novembro de 1822. BN – Manuscritos: 9, 2 30.

¹⁷ PORTARIA do Governo Provisório ao Capitão-mor dos Índios de Santarém, datada de 02 de janeiro de 1823. BN – Manuscritos: 7, 2, 26.

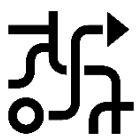


população reconhecidamente habituada à guerra e ao serviço militar, mas também se apoiava nas hierarquias políticas internas das comunidades indígenas. Desse modo, ao mesmo tempo em que incorporava essas forças ao esforço militar da independência, contribuía para reforçar a autoridade das lideranças indígenas e a coesão desses grupos enquanto corpos coletivos diferenciados.

Outra forma de recrutamento de indígenas para a guerra baseou-se na mobilização do regime de tutela ao qual esses grupos estavam submetidos no interior da ordem colonial. Nesse contexto, diretores das vilas e aldeias e missionários dos aldeamentos foram instados pelas autoridades patriotas a arregimentar soldados indígenas por meio do alistamento militar obrigatório, acionando mecanismos administrativos já consolidados ao longo da experiência colonial. Tal expediente não constituía propriamente uma novidade. Desde meados do século XVI, a legislação indigenista portuguesa previa a mobilização dos chamados “índios aliados” para a defesa da colônia, especialmente em contextos de guerra e de proteção das fronteiras. Esse sistema de recrutamento estava inserido em um complexo sistema de alianças e mercês, na qual o Estado colonial procurava mobilizar a força militar indígena ao mesmo tempo em que reconhecia, em alguma medida, as lideranças e as estruturas políticas presentes nas comunidades indígenas. Como lembra Beatriz Perrone-Moisés (1992, p. 121),

Praticamente todas as vezes em que se fala de guerra, fala-se também na necessidade de convocar os “índios das aldeias” ou “tapuias amigos”. Os aldeados e aliados são encarregados de defender as vilas e plantações dos ataques do gentio e as fronteiras dos ataques dos inimigos europeus. Povos estratégicos, são as “muralhas dos sertões”, barreiras vivas à penetração de inimigos de todo tipo.

Foi nesse contexto que o Conselho Interino de Governo ordenou ao coronel Salvador Pereira da Costa que se dirigisse ao diretor da aldeia de Santo Antônio, no termo da vila de Jaguaripe, para recrutar 30 indígenas destinados ao serviço militar. A determinação visava reforçar o contingente de soldados destacado para o ponto de Saubara, diante da “necessidade de guarnecer os pontos mais expostos da linha de defesa do Recôncavo”. Para atender à demanda, estabeleceu-se que os indígenas poderiam servir “armados ou de espingarda ou de arcos”, devendo os custos de seu



deslocamento serem pagos com os rendimentos da própria diretoria dos índios¹⁸. Ao receber o oficial do Exército Pacificador, o diretor dos índios, Antônio Pinto Chichorro da Gama, apresentou prontamente uma lista com 30 indivíduos considerados aptos para o serviço militar, evidenciando a rapidez com que as estruturas administrativas dos aldeamentos podiam ser mobilizadas para atender às exigências da guerra¹⁹. Ainda assim, o recrutamento acabou sendo suspenso pelo coronel Pereira da Costa, que constatou a precariedade do armamento disponível entre os indígenas, uma vez que “apenas apresenta[va]m cinco armas lazarinas e nenhuns arcos e flechas, de que perderam o uso”²⁰. O episódio revela, por um lado, a expectativa das autoridades patriotas de recorrer aos aldeamentos como fonte de contingentes militares e, por outro, os limites práticos dessa mobilização, principalmente relacionado à escassez de armamentos e aos custos do deslocamento dos soldados – problema comum em todos os batalhões da força militar patriótica.

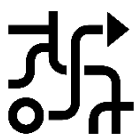
Em verdade, o principal limite dos dois modelos de recrutamento de indígenas para o Exército Pacificador residia na margem de autonomia existente tanto entre as lideranças indígenas quanto entre os agentes do regime de tutela. Em grande medida, a viabilidade dessas formas de mobilização dependia diretamente do engajamento do capitão-mor indígena, do diretor da vila ou do missionário responsável pelo aldeamento. Isso significava que posicionamentos políticos divergentes por parte dessas autoridades locais podiam retardar, limitar ou mesmo inviabilizar o recrutamento do contingente indígena sob sua liderança ou jurisdição. Dois episódios são particularmente emblemáticos. Na vila de Trancoso, no início de dezembro de 1822, o capitão indígena Lourenço Borges recusou-se a admitir a aclamação de d. Pedro e liderou sua tropa em uma rebelião, declarando que de “sorte alguma querem o adotado Sistema do Império do Brasil”²¹. Já na missão de Juazeiro, no início de

¹⁸ PORTARIA do Conselho Interino de Governo dirigida ao Coronel Salvador Pereira da Costa, na qual determina recrutar trinta indígenas da Aldeia de Santo Antônio, com data de 13 de novembro de 1822. BN - Manuscritos: 9, 2, 30.

¹⁹ RELAÇÃO de indígenas da Aldeia de Santo Antônio escolhidos para o serviço militar na guerra, sem data e anexo ao documento 9. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

²⁰ OFÍCIO de Salvador Pereira da Costa, Coronel Comandante interino, ao secretário do conselho de governo, no qual transmite informações sobre o recrutamento de indígenas, especialmente da aldeia de Santo Antônio. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

²¹ OFÍCIO da Comissão Militar de Porto Seguro no qual se comunica rebelião dos índios de Trancoso, com data de 10 de dezembro de 1822. BN - Manuscritos: I - 31, 6 - 7. Para conhecer



1823, o frade franciscano José de Santa Gertrudes posicionou-se contra a “causa do Brasil” e colocou “em armas os Índios daquela Missão com escandalosa infração da ordem”²². Esses episódios evidenciam que, embora o recrutamento pudesse assumir formas compulsórias, sua efetivação dependia de negociações políticas e de relações de autoridade no interior das aldeias, vilas de índios e missões. Assim, longe de constituírem apenas objetos passivos das políticas de mobilização militar, os indígenas e seus mediadores institucionais atuaram em um campo de disputas no qual se entrecruzavam coerção, negociação e estratégias políticas próprias, revelando margens significativas de agência no contexto da guerra de independência.

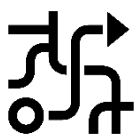
Dadas as formas de recrutamento apresentadas, torna-se impossível identificar com precisão o peso numérico dos indígenas no Exército Pacificador. Além disso, nem toda a documentação produzida pelo Conselho Interino de Governo, pelas câmaras das vilas de índios, pelos administradores dos aldeamentos e pelos capitães-mores indígenas resistiu à ação do tempo ou às precárias condições de comunicação no contexto da guerra. Ainda assim, o levantamento de algumas informações pontuais permite identificar contingentes indígenas que se dirigiram aos campos de confronto, oferecendo indícios capazes de dimensionar sua participação no conflito. Sabe-se, por exemplo, que, em novembro de 1822, havia 104 indígenas entre os mais de 1200 homens comandados por Felisberto Gomes Caldeira no destacamento de Itapuã²³. No ponto do Funil, na Ilha de Itaparica, registrou-se, em dezembro do mesmo ano, a presença de 40 indígenas de Santarém, que estavam à espera de outros tantos que chegariam brevemente²⁴. De Mirandela, uma tropa de 58 soldados indígenas marchou para a guerra que, segundo descreveu a câmara da vila de índio, partiram “animosos

diferentes escolhas de capitães indígenas na guerra, conferir: CANCELA, Francisco. João Francisco de Souza e Lourenço Borges Justiniano: Duas Lideranças Indígenas Na Construção Do Brasil Independente (Bahia, 1822 -1833). *História e Cultura*, v. 13, p. 336-361, 2024.

²² PORTARIA do Conselho Interino de Governo dirigida ao Alferes Gonçalo Gomes da Silva na qual determina a prisão do frei José de Santa Gertrudes, com data de 14 de janeiro de 1823. BN – Manuscritos: 7, 2, 26.

²³ OFÍCIO do comandante do Quartel de Itapuã Felisberto Gomes Caldeira solicitando suprimento de farinha para alimentar a tropa, em 09 de novembro de 1822. APEB – Seção Colonial – Dossiê sobre a independência, livro 001.

²⁴ OFÍCIO de Salvador Pereira da Costa, Coronel Comandante interino, ao secretário do conselho de governo, no qual transmite informações sobre o recrutamento de indígenas, especialmente da aldeia de Santo Antônio. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

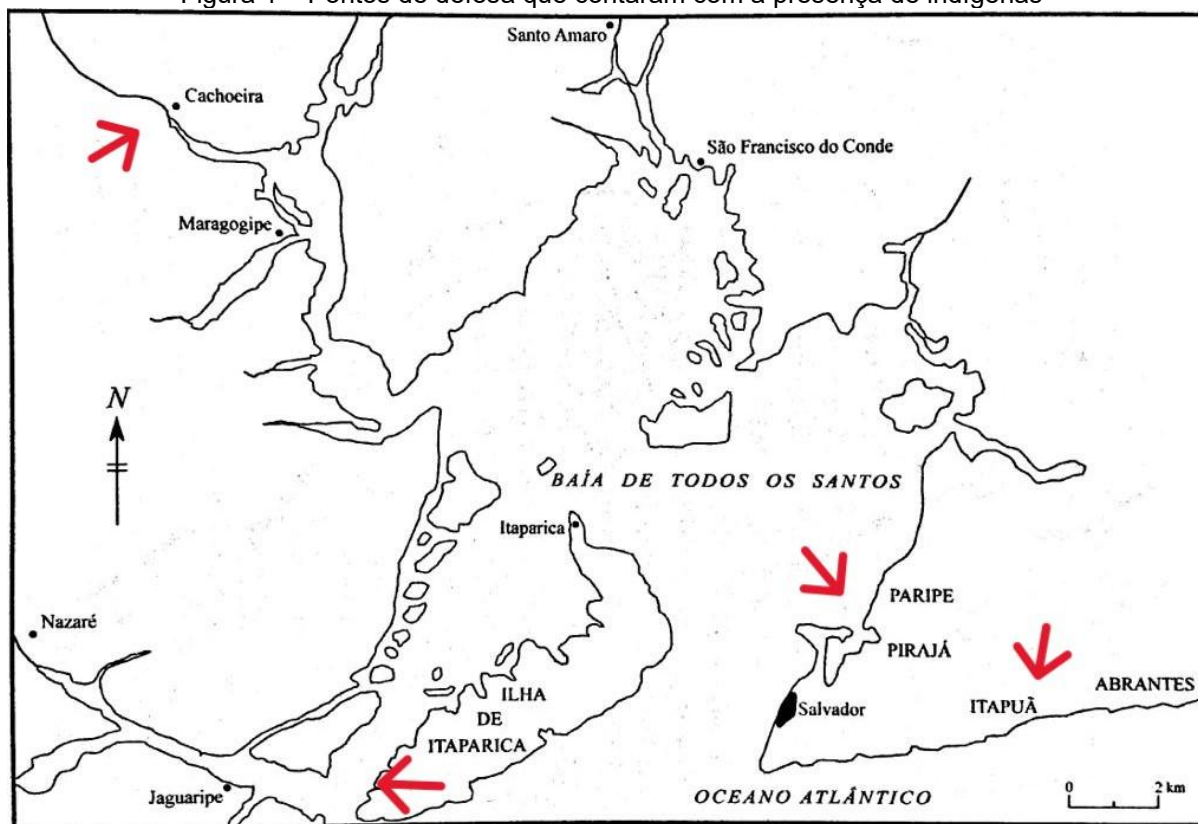


da incorporação ao exército brasileiro” e como “homens destemidos empregaram suas forças” nas batalhas, deixando o front da guerra “quando foram mandados retirar pelo General Pedro Labatut, voltando estes com a perda de um Capitão e nove soldados que valorosamente deram a vida no combate no ponto de Campinas e Pirajá”²⁵. Esses números podem parecer irrisórios quando se considera que, ao fim da guerra, o Exército Pacificador teria reunido um efetivo de 15 mil homens (Amaral, 1957). No entanto, devem ser interpretados de forma proporcional, levando-se em conta a população de cada povoação indígena. Para ficar em apenas um exemplo, a vila de Mirandela possuía, no início do século XIX, cerca de 600 habitantes (Rego, 2014); nesse contexto, a tropa registrada pela câmara correspondia a aproximadamente 10% da população local – cifra nada desprezível considerando o pequeno porte da povoação e o perfil dos recrutados que correspondia a população economicamente ativa.

Embora a documentação disponível não permita mensurar com precisão o peso demográfico dos indígenas no Exército Pacificador, ela possibilita cartografar a presença de suas tropas nos diferentes campos de batalha da guerra de independência na Bahia. As forças indígenas recrutadas foram destinadas aos principais pontos de defesa do Recôncavo e aos destacamentos estratégicos que compunham o cerco à cidade do Salvador. A documentação consultada indica sua atuação em Itapuã, Itaparica, Saubara, Funil, Cachoeira, Campinas e Pirajá, onde participaram de combates contra os portugueses e contribuíram para o bloqueio das estradas e dos portos que abasteciam a capital. Na Figura 1, elaborada a partir das notícias de deslocamento desses contingentes, observa-se a distribuição espacial desses pontos, evidenciando a localização estratégica das tropas indígenas, integradas aos demais batalhões patrióticos.

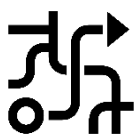
²⁵ OFÍCIO da Câmara de Mirandela no qual relata a participação dos moradores da Vila na guerra e indica aqueles que mais se destacaram, datado de 8 de novembro de 1823. APEB – BR BAAPEB CIBB-COR-012-104.

Figura 1 – Pontos de defesa que contaram com a presença de indígenas



Fonte: Autor, 2026.

Os indígenas que atuaram nesses pontos provinham de diferentes vilas e aldeias, sem que a distância em relação aos campos de batalha constituísse um fator limitante para sua mobilização. As primeiras tropas deslocadas foram, como era de se esperar, aquelas oriundas das povoações mais próximas de Salvador e do Recôncavo, como as vilas de Abrantes (vizinha à capital) e Pedra Branca (vizinha a Cachoeira), além das aldeias situadas no litoral norte, como Massarandupió, e das vilas do interior da Baía de Todos os Santos, como Santo Antônio da Saúde (Nazaré), Nossa Senhora dos Prazeres (Jequiriçá) e Santo Antônio (Jaguaripe). Contudo, a participação indígena não se restringiu a essas áreas de proximidade. Houve também deslocamentos de longa distância, que exigiram travessias por navegação de cabotagem — como no caso dos indígenas de Santarém — e percursos áridos e arriscados por terra, como aqueles realizados por tropas oriundas do sertão, a exemplo das vilas de Soure e Mirandela, bem como dos aldeamentos de Aramari e Massacará. O Quadro 3 apresenta as distâncias que separavam essas povoações da



vila de Cachoeira, centro do comando da resistência aos portugueses, evidenciando não apenas a amplitude territorial da mobilização indígena, mas também as condições adversas e as provações enfrentadas por esses grupos ao aderirem à guerra.

Quadro 3 – Distância entre os locais de origem das tropas e a vila de Cachoeira

POVOAÇÃO INDÍGENA	DISTÂNCIA APROXIMADA (km)
Mirandela	300
Massacará	300
Soure	230
Santarém	175
Aramari	100

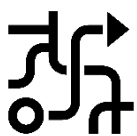
Fonte: Autor, 2026.

A guerra também se estendeu a outros palcos e, nas regiões mais distantes de Salvador, os indígenas atuaram em diferentes frentes de combate, do litoral ao sertão. No Morro de São Paulo, os indígenas do aldeamento de São Fidélis trabalharam nas “conduções do precioso barro para o reparo da Fortaleza”, que serviu de base para a esquadra enviada por d. Pedro e comandada por Lord Cochrane no cerco marítimo à capital²⁶. Nas vilas de Camamu e Maraú, indígenas de Santarém foram escalados para “defender a pátria” dos assaltos de um brigue enviado por Madeira de Melo com o objetivo de obter víveres para os portugueses sitiados em Salvador²⁷. Na vila do Prado, onde a elite luso-brasileira ainda mantinha a comercialização de farinha com a capital, uma tropa “composta de noventa e tantos soldados armados de armas de fogo, arco e flecha, por ser a maior parte índios de nação” fechou o porto, com o intuito de assegurar a estratégia de sitiamento de Salvador²⁸. Os indígenas da vila Verde, por sua vez, pegaram em armas para aclamar o imperador nas vilas vizinhas de Porto Seguro e Trancoso, onde atuaram para sufocar a ação de “facciosos” e europeus que

²⁶ CÓPIA da ata da Câmara da vila de Valença, comarca dos Ilhéus, sobre as pessoas que mais se distinguiram na causa da Independência do Brasil. APEB, Maço 1452.

²⁷ REQUERIMENTO de Caetano Ferreira Borges no qual solicita ao Conselho Interino de Governo a proteção e providência em relação à determinação que lhe foi dada para custear as despesas das tropas de portugueses e indígenas com seus próprios bens. APEB – CIBB - BR BAAPEB CIBB-COR-003-51.

²⁸ OFÍCIO da Câmara do Prado relatando e se queixando sobre os acontecimentos ocorridos no último dia do mês de janeiro, quando uma tropa da Comarca de Porto Seguro amanheceu na praça daquela Vila e realizou uma série de procedimentos, em 23 de maio de 1823. APEB – BR_BAAPEB_CIBB_COR_003_143.



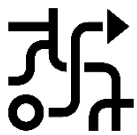
“repugnavam aclamar Nossa Majestade Imperial”²⁹. Dessa forma, soldados indígenas empunharam armas para além do front de batalha do Recôncavo, demonstrando não apenas que eram peças fundamentais do sistema de segurança então vigente, como também sujeitos ativos daquela conjuntura política extremamente incerta.

AS POLÍTICAS INDÍGENAS NO CONTEXTO DA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

A incorporação dos indígenas ao Exército Pacificador e à “Causa do Brasil” na Bahia não pode ser compreendida sem que se reconheça nessas populações o papel de sujeitos históricos. Embora estivessem submetidos a sistemas rígidos de controle tutelar e de exploração do trabalho, os indígenas mobilizavam uma longa tradição de alianças e confrontos herdada das experiências coloniais. Inseridos nessa tradição, souberam ler o contexto de guerra e agir de acordo com seus próprios interesses e demandas. É pouco provável que a documentação — marcada pela natureza formal e limitada da comunicação oficial em tempos de guerra — permita identificar de modo direto as expectativas que orientaram sua adesão ao Exército Pacificador. Ainda assim, essa mobilização não pode ser explicada pela hipótese da miserabilidade da população indígena (Guerra Filho, 2004). Ao contrário, como em outras conjunturas históricas, é plausível supor que os indígenas projetaram algum tipo de ganho ao se engajarem no conflito, ainda que fosse, no limite, a preservação de direitos previamente conquistados.

Essa perspectiva pode ser observada na análise do comportamento dos indígenas de Pedra Branca, que constituíram uma das primeiras tropas indígenas a se incorporar ao Exército Pacificador. Desde o mês de julho de 1822, encontravam-se a serviço do Batalhão de Caçadores Voluntários, atuando em alguns dos pontos mais estratégicos do cerco à cidade do Salvador, especialmente nos destacamentos do Funil e de Itaparica. Já em meados de setembro, esses indígenas passaram a demandar do governo um tratamento diferenciado, ao requererem “uma gratificação além da etape”, o que levou o Conselho Interino a negociar com os solicitantes até

²⁹ REPRESENTAÇÃO da Câmara da Vila Verde na qual informa a Aclamação do Imperador d. Pedro e solicita nomeação de Manoel Fernandes Sampaio no cargo de diretor e escrivão, datada de 24 de novembro de 1822. BN – Manuscritos: II – 34, 6, 25.



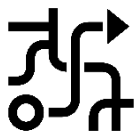
que se “acordou em que se desse a cada praça por esta vez duzentos contos e sessenta réis, e no fim de cada mês quatrocentos réis”³⁰. Após cerca de três meses de emprego “em defesa da pátria e serviço da grande nação brasileira”, os soldados indígenas de Pedra Branca solicitaram dispensa para retornarem às suas casas, “por terem findado o tempo de seu destacamento”, evidenciando que, diferentemente dos demais homens livres recrutados, estavam submetidos a um regime próprio de serviço militar³¹. No mesmo pedido, reivindicaram ainda “alguma gratificação para o socorro de suas famílias”³². Reconhecendo tanto a legalidade quanto o costume que regulava esse tipo de serviço, o Conselho Interino de Governo autorizou, em 2 de outubro de 1822, a publicação de uma portaria que garantia não apenas a dispensa dos indígenas, mas também o pagamento de dez tostões a cada soldado da tropa de Pedra Branca.

Essa movimentação dos indígenas, em pleno contexto de guerra, merece ser valorizada em seus próprios termos. Longe de constituir um simples “movimento de desindigenação das tropas”, como sugeriu Sérgio Guerra Filho (2004, p. 119), o pedido de dispensa, sua aceitação pelo Conselho Interino e o pagamento de gratificações extras aos indígenas de Pedra Branca indicam o reconhecimento de uma população diferenciada, que se inseria na guerra a partir de sua própria trajetória histórica e em defesa de suas prerrogativas. É plausível, inclusive, que tenha sido justamente esse regime particular de engajamento que levou o general Labatut a se opor ao recrutamento de tropas indígenas por serem submetidas a condições diferenciadas. Ainda assim, é significativo notar que, no final de abril de 1823, os indígenas de Pedra Branca voltaram a se apresentar no campo de batalha, sob o comando do sargento-mor José Antônio da Silva Castro, conhecido como major Periquitão, comandante do Batalhão dos Periquitos. Em carta enviada ao Conselho

³⁰ PORTARIA do Conselho Interino dirigida ao Comandante José Antônio da Silva Castro, na qual comunica acordo realizado com os indígenas de Pedra Branca quanto ao pagamento dos seus serviços militares. APEB – BR_BAAPEB_CIBB_COR_025_006. Etape era o soldo suficiente para alimentação e vestimenta do soldado.

³¹ OFÍCIO de Francisco Gomes Brandão Montezuma, Secretário do Conselho Interino de Governo, ordenando ao Sargento Mor Comandante do Batalhão Cachoeirense regresso dos índios ao Batalhão de Caçadores Voluntários. APEB - BR BAAPB CIBB COR 027/42.

³² REQUERIMENTO dos indígenas de Pedra Branca dirigido ao Conselho Interino de Governo no qual reivindicam dispensa do serviço militar e pagamento de gratificação para socorro de suas famílias. APEB - BR BAAPB CIBB COR 019/75.



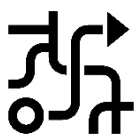
Interino de Governo, esse oficial evidencia que o acordo estabelecido com essa comunidade indígena perdurou ao longo de toda a guerra:

como este excelentíssimo governo determinou que se desse mensalmente quatrocentos réis por mês de gratificação aos índios que se ocupassem da defesa da Pátria e aqui se acham cinquenta índios vindos a pouco da vila de Pedra Branca reunidos ao Batalhão de meu Comando para marcharem nesta mesma ocasião que marcha o Batalhão represento, portanto, a Vossas Excelências que hajam de mandarem dar a mencionada gratificação de quatrocentos réis adiantados neste primeiro mês, a fim de com mais satisfação irem os mencionados índios³³.

No caso em questão, os indígenas que se engajaram na guerra de independência eram reconhecidos pelos agentes do Estado e, ao mesmo tempo, se reconheciam como portadores de uma condição diferenciada. Essa distinção fundamentava-se, sobretudo, na origem comum desses indivíduos — constantemente designados como “índios”, termo atribuído aos primeiros habitantes da terra — e na experiência coletiva acumulada em sua relação com a sociedade envolvente, a qual moldava seus processos de territorialização (como no caso dos “índios de Pedra Branca”), bem como nos diferentes modos de reconhecimento de seus direitos, ainda concebidos como privilégios, prerrogativas e isenções. Dessa forma, esses grupos não apenas demarcavam suas diferenças culturais em relação à sociedade envolvente (Barth, 1998), como também atuavam na defesa das distinções legais que lhes eram asseguradas pela legislação indigenista pombalina ainda em vigor (Garcia, 2009).

Se os indígenas se incorporaram ao Exército Pacificador mantendo seus direitos específicos, também projetaram sair da guerra com algum tipo de benefício, proporcional ao serviço prestado e à fidelidade demonstrada. Não se tratava, necessariamente, de um alinhamento ao projeto de nação defendido por d. Pedro e pelos membros do Conselho Interino de Governo. Antes, esses grupos atuavam em defesa dos interesses de suas próprias comunidades, buscando preservar sua autonomia — entendida como a manutenção de seus territórios, de seus direitos políticos e militares e de sua condição de liberdade. É nesse sentido que pode ser

³³ OFÍCIO do sargento-mor comandante José Antônio da Silva Castro ao Conselho Interino de Governo no qual solicita pagamento dos indígenas de Pedra Branca incorporados em seu batalhão, datado de 29 de abril de 1823. BN – Manuscritos: I – 31, 06, 001.

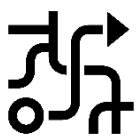


interpretada a petição apresentada pelos indígenas de Aramari ao final da guerra de independência, analisada a seguir.

Pouco depois da expulsão das tropas portuguesas e da entrada triunfal do Exército Pacificador na cidade do Salvador, os indígenas Kiriri da aldeia de Aramari preparavam-se para percorrer as mais de 20 léguas que separavam o litoral do sertão quando decidiram redigir uma petição ao Barão da Torre, solicitando que ele a levasse aos pés do Imperador do Brasil. Esses indígenas estavam, desde os primeiros momentos da guerra, alistados no Batalhão da Torre, tendo atuado continuamente no embate contra os lusitanos — não apenas no cerco ao norte da cidade, na região da atual Praia do Forte, mas também em importantes campos de batalha, como Campinas e Pirajá. Reforçando os laços de vassalagem com o chefe da Casa da Torre, que desde o século XVII mantinha relações com os indígenas daquela aldeia, os peticionários aproveitaram o contexto de vitória para reivindicar uma contrapartida à posição patriótica que haviam assumido.

A retórica inscrita no manuscrito retomava a trajetória do grupo e explicitava os problemas enfrentados. De um lado, denunciavam o esbulho de suas terras pelo capitão-mor de Inhambupe, que se apropriava ilegalmente das glebas indígenas e posteriormente as comercializava com outros membros da elite local, como o capitão Manoel Ferreira e o pecuarista Antônio Martins. Ao mesmo tempo, reafirmavam o direito imemorial que possuíam sobre o patrimônio da aldeia, por serem “senhores de suas terras por honra especial” do monarca português. De outro lado, contestavam a jurisdição tutelar de João da Silva Paranhos, capitão-mor de Inhambupe, descrevendo sua atuação como autoritária e persecutória, uma vez que os “maltratou com prisão e castigos rigorosos”, inclusive quando estavam no “combate contra os marotos”. Como forma de remediar tais abusos, solicitaram a prisão de Paranhos e a nomeação de um novo capitão-mor, indicando Francisco José para o posto, sob cujo comando já haviam servido em Pirajá, uma das mais importantes batalhas da guerra de independência na Bahia³⁴.

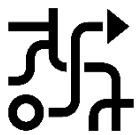
³⁴ REQUERIMENTO dos indígenas do Saco dos Aramaris dirigido ao Barão da Torre, no qual solicita apoio na defesa de suas terras (anexo ao documento 6). BN – Manuscritos: II – 33, 32, 50.



Embora inserida no contexto das lutas dos novos tempos constitucionais, a petição dos indígenas de Aramari expressa, tanto em sua retórica quanto em suas demandas, elementos da cultura política do Antigo Regime, especialmente a lógica da relação entre serviço e mercê, apropriada por esses grupos desde o início da colonização. A novidade reside no próprio contexto histórico: o desfecho da guerra de independência configurou-se como mais um momento de afirmação da fidelidade ao monarca — a exemplo do que ocorrera no século XVII, durante as guerras contra os holandeses — e de reatualização dos pactos de reciprocidade construídos ao longo do tempo. Ainda que não tenha sido possível identificar o resultado desse pleito, o fato de os indígenas de Aramari colocarem a questão da terra no centro de sua reivindicação revela, de forma precoce, um elemento fundamental: a terra constituía a pedra angular do edifício de cidadania que essas populações buscavam construir no contexto de formação da nova nação. Nesse sentido, a própria existência dessa petição evidencia que os indígenas não atuaram como meros instrumentos da guerra, mas como sujeitos que nela projetaram expectativas, negociaram interesses e disputaram ativamente seus próprios espaços políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das evidências mobilizadas ao longo deste artigo, torna-se possível afirmar que a participação indígena na guerra de independência na Bahia esteve longe de ser episódica, residual ou passiva. Inseridos na longa duração das experiências coloniais, esses grupos foram incorporados ao conflito não apenas pela conjuntura aberta em 1822, mas também por uma tradição bélica consolidada, pelas normas legais que regulavam seu serviço militar e pelos acordos políticos que historicamente mediavam suas relações com o poder colonial e, posteriormente, com as autoridades patriotas. Tal inserção explica, em grande medida, a capilaridade de sua presença nos diversos cenários da guerra: ainda que de forma dispersa e, muitas vezes, minoritária em termos numéricos, os indígenas estiveram efetivamente presentes em todos os principais campos de conflito, do Recôncavo aos teatros mais distantes da província, atuando tanto nas frentes de combate quanto nas estratégias de defesa,



abastecimento e bloqueio que sustentaram o cerco a Salvador. Mais do que isso, a análise das formas de recrutamento, das trajetórias das tropas e, sobretudo, das iniciativas políticas protagonizadas pelos próprios indígenas — como negociações por gratificações, pedidos de dispensa e petições por direitos — evidencia que esses sujeitos não participaram de uma suposta “guerra de brancos” como meros instrumentos ou massa de manobra. Ao contrário, fizeram da guerra um espaço privilegiado de ação política, no qual mobilizaram repertórios herdados do Antigo Regime, como a lógica de serviços e mercês, para negociar vantagens, reafirmar direitos e projetar expectativas quanto ao seu lugar na nova ordem que emergia com a independência. Nesse sentido, a guerra deve ser compreendida também como um momento de rearticulação das políticas indígenas, no qual essas populações atuaram de forma consciente e estratégica, buscando não apenas contribuir para o desfecho do conflito, mas, sobretudo, garantir a preservação e a ampliação de suas prerrogativas no processo de formação do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

AIRES DE CASAL, Manuel. *Corografia Brasílica*: ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

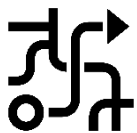
ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *A Batalha de Pirajá*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios*: um projeto de «civilização» do século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. 2 ed. Salvador: Progresso, 1957.

AMARAL, Braz. *A ação da Bahia na obra da independência nacional*. Imprensa Oficial do Estado, 1923.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: EdUnesp, 1998.



CANCELA, Francisco. João Francisco de Souza e Lourenço Borges Justiniano: Duas Lideranças Indígenas Na Construção Do Brasil Independente (Bahia, 1822 - 1833). *História e Cultura*, v. 13, p. 336-361, 2024.

CANCELA, Francisco. *Os índios e a colonização na antiga capitania de Porto Seguro: políticas indigenistas e políticas indígenas no tempo do diretório pombalino*. Jundiá: Paco, 2018.

CANCELA, Francisco. Pela “Santa Causa do Brasil” e contra a “imprudência, o despotismo e a violência dos ouvidores”: a atuação dos índios no contexto da construção do Brasil independente (Vila Verde - Bahia, 1822-1830). *Revista Brasileira de História*, v. 42, n. 42(91), set. 2022.

CANCELA, Francisco. *Povos indígenas, a independência e a formação do estado Brasileiro: documentos da história indígena e do indigenismo na Bahia (1821-1836)*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2023.

CALMON, Pedro. Ladislau dos Santos Titara. In: TITARA, Ladislau dos Santos. *Paraguassu*. Epopeia da guerra da independência na Bahia. Salvador: Editora Revista dos Tribunais, 1973.

CARVALHO, Maria Rosário de. “Índios do sul e extremo sul baianos: reprodução demográfica e relações interétnicas”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

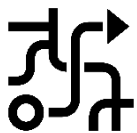
COSTA, João Paulo Peixoto. *Na Lei e na Guerra: Políticas Indígenas e Indigenistas no Ceará (1789-1845)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2016.

DANTAS, Mariana A. Indígenas na independência em Pernambuco: atualização política e Estado nacional. In: MOREIRA, Vania *et all.* (org.). *Povos indígenas, independência e muitas histórias: repensando o Brasil no século XIX*. Curitiba: CRV, 2022.

GARCIA, Elisa. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

GARCIA, Elisa. Trocas, guerras e alianças na formação da sociedade colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil colonial, 1443-1580*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUERRA FILHO, Sérgio. *O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia*. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2004.



KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra da Independência na Bahia”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.43, p.109-126, 2002.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da Independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: FFLCH Humanitas, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

PEREIRA, Manoel Passos. *O processo de Independência do Brasil no Recôncavo da Bahia: política, guerra e cultura, 1820 a 1823*. Salvador: EDUFBA, 2021.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992.

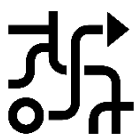
PIMENTA, João Paulo; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Dicionário da Independência do Brasil: história, memória e historiografia*. São Paulo: EDUSP; Publicações BBM, 2022.

REBOUÇAS, Antonio Pereira. Recordações da vida patriótica do ad vogado Rebouças: compreendida nos acontecimentos políticos de feve reiro de 1821 a setembro de 1822; de abril a outubro de 1831; de feverei ro de 1832 e de novembro de 1837 a março de 1838. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1879.

REGO, André de Almeida. *Cabilda de Facinorosos Moradores: uma reflexão sobre a revolta dos índios da Pedra Branca de 1834*. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2009.

RIBEIRO, Elisa de Moura. Jacaré, Bartolomeu. In: PIMENTA, João Paulo; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Dicionário da Independência do Brasil: história, memória e historiografia*. São Paulo: EDUSP; Publicações BBM, 2022.

SILVA PINTO, L. M. da. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de



Silva, 1832.

SOUZA FILHO, A. R. de. *A Guerra de independência na Bahia*: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité). 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro; SOUZA, Maria Aparecida Silva de. *A Independência do Brasil na Bahia: dimensões políticas e conflitos (1821-1823)*. In: LEAL, Maria das Graças; SOUSA, Avanete Pereira (org). *Capítulos de história da Bahia: Independência*. Salvador: ALBA/EDUNEB, 2017.

SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017.

TAVARES, Luís Henrique. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TITARA, Ladislau dos Santos. *Paraguassu*. Epopeia da guerra da independência na Bahia. Salvador: Editora Revista dos Tribunais, 1973.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Vol. 2. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

WIED, Maximilian. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1989.

WISIAK, Thomas. Itinerário da Bahia na Independência do Brasil (1821 – 1823). In: JANCÓS, István (Org.) *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP / HUCITEC. 2005.

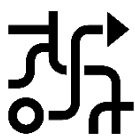
FONTES

CARTA do coronel Joaquim Pires de Carvalho informando a desistência do soldado Bartolomeu de servir no 1º Regimento de Linha. Fundação Biblioteca Nacional: manuscritos: I – 01, 02, 012.

CÓPIA da ata da Câmara da vila de Valença, comarca dos Ilhéus, sobre as pessoas que mais se distinguiram na causa da Independência do Brasil. APEB, Maço 1452.

CÓPIA da ordem do Concelho Interino de Governo emitida aos capitães-mores da Bahia para que recrutem o maior número possível de ordenanças. Cachoeira, 13 de abril de 1823. In: REBOUÇAS, Antônio Pereira. *Recordações patrióticas*. Salvador: ALBA, 2023.

LISTA da guarda militar do Destacamento dos Arcos, em 10 de fevereiro de 1814. Fundação Biblioteca Nacional, manuscritos: II – 33, 21, 105.



MAPA popular da freguesia de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro, elaborado pelo padre José Tibúrcio de Santana. APEB - Religião, 1824-1846. Maço: 5212.

MAPPA geral da tropa paga e miliciania da guarnição da capitania de Bahia. Bahia, 01 de julho de 1804. AHU_ACL_CU_005, Cx. 132, Doc. 26047.

OFÍCIO da Câmara de Mirandela no qual relata a participação dos moradores da Vila na guerra e indica aqueles que mais se destacaram, datado de 8 de novembro de 1823. APEB – BR BAAPEB CIBB-COR-012-104.

OFÍCIO da Câmara do Prado relatando e se queixando sobre os acontecimentos ocorridos no último dia do mês de janeiro, quando uma tropa da Comarca de Porto Seguro amanheceu na praça daquela Vila e realizou uma série de procedimentos, em 23 de maio de 1823. APEB – BR_BAAPEB_CIBB_COR_003_143.

OFÍCIO da Comissão Militar de Porto Seguro no qual se comunica rebelião dos índios de Trancoso, com data de 10 de dezembro de 1822. BN - Manuscritos: I - 31, 6 - 7.

OFÍCIO de Francisco Gomes Brandão Montezuma, Secretário do Conselho Interino de Governo, ordenando ao Sargento Mor Comandante do Batalhão Cachoeirense regresso dos índios ao Batalhão de Caçadores Voluntários. APEB - BR BAAPB CIBB COR 027/42.

OFÍCIO de Salvador Pereira da Costa, Coronel Comandante interino, ao secretário do conselho de governo, no qual transmite informações sobre o recrutamento de indígenas, especialmente da aldeia de Santo Antônio. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

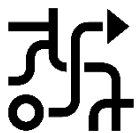
OFÍCIO de Salvador Pereira da Costa, Coronel Comandante interino, ao secretário do conselho de governo, no qual transmite informações sobre o recrutamento de indígenas, especialmente da aldeia de Santo Antônio. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

OFÍCIO do comandante do Quartel de Itapuã Felisberto Gomes Caldeira solicitando suprimento de farinha para alimentar a tropa, em 09 de novembro de 1822. APEB – Seção Colonial – Dossiê sobre a independência, livro 001.

OFÍCIO do Conselho Interino de Governo para José Bonifácio no qual relata os diversos erros do general Labatut. Fundação Biblioteca Nacional - Manuscritos: 31, 10, 112.

OFÍCIO do ouvidor da comarca de Ilhéus informando ao Secretário da Guerra e Marinha que expediu as ordens recebidas ao Capitão Mor dos Índios da Vila de Santarém. Santarém, 21 de agosto de 1821. APEB – BR BAAPB CIBB COR 009/86.

OFÍCIO do sargento-mor comandante José Antônio da Silva Castro ao Conselho Interino de Governo no qual solicita pagamento dos indígenas de Pedra Branca



incorporados em seu batalhão, datado de 29 de abril de 1823. BN – Manuscritos: I – 31, 06, 001.

PLANO do Conselho Interino de Governo da Bahia. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, n. 6, 1895.

PORTARIA do Conselho Interino de Governo ao Capitão-mor dos Índios da Vila de Santarém, datada de 04 de novembro de 1822. BN – Manuscritos: 9, 2 30.

PORTARIA do Conselho Interino de Governo dirigida ao Alferes Gonçalo Gomes da Silva na qual determina a prisão do frei José de Santa Gertrudes, com data de 14 de janeiro de 1823. BN – Manuscritos: 7, 2, 26.

PORTARIA do Conselho Interino de Governo dirigida ao Coronel Salvador Pereira da Costa, na qual determina recrutar trinta indígenas da Aldeia de Santo Antônio, com data de 13 de novembro de 1822. BN - Manuscritos: 9, 2, 30.

PORTARIA do Conselho Interino dirigida ao Comandante José Antônio da Silva Castro, na qual comunica acordo realizado com os indígenas de Pedra Branca quanto ao pagamento dos seus serviços militares. APEB – BR_BAAPEB_CIBB_COR_025_006.

PORTARIA do Governo Provisório ao Capitão-mor dos Índios de Santarém, datada de 02 de janeiro de 1823. BN – Manuscritos: 7, 2, 26.

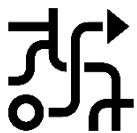
RELAÇÃO de indígenas da Aldeia de Santo Antônio escolhidos para o serviço militar na guerra, sem data e anexo ao documento 9. BN – Manuscritos, cotação: I – 31, 06, 001.

RELATÓRIO do tenente Manoel Álvares do Nascimento para o coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, no qual informa os sucessos em Pirajá e as deficiências em relação ao tratamento dos feridos, datado de 23 de outubro de 1822. APEB – Série Independência, livro 001.

REPRESENTAÇÃO da Câmara da Vila Verde na qual informa a Aclamação do Imperador d. Pedro e solicita nomeação de Manoel Fernandes Sampaio no cargo de diretor e escrivão, datada de 24 de novembro de 1822. BN – Manuscritos: II – 34, 6, 25.

REQUERIMENTO de Caetano Ferreira Borges no qual solicita ao Conselho Interino de Governo a proteção e providência em relação à determinação que lhe foi dada para custear as despesas das tropas de portugueses e indígenas com seus próprios bens. APEB – CIBB - BR BAAPEB CIBB-COR-003-51.

REQUERIMENTO dos indígenas de Pedra Branca dirigido ao Conselho Interino de Governo no qual reivindicam dispensa do serviço militar e pagamento de gratificação para socorro de suas famílias. APEB - BR BAAPB CIBB COR 019/75.



REQUERIMENTO dos indígenas do Saco dos Aramaris dirigido ao Barão da Torre, no qual solicita apoio na defesa de suas terras (anexo ao documento 6). BN – Manuscritos: II – 33, 32, 50.

Recebido em: 20/03/2026

Aprovado em: 01/06/2026